

Significados e práticas museológicas. Reimaginação e procura de novos sentidos

Marta Anico

Professora Auxiliar

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa

martaanico@gmail.com

Introdução

O ponto de partida para esta reflexão parece consensual. Os museus, concebidos como instituições de carácter permanente, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, sem fins lucrativos, destinadas à aquisição, conservação, exposição, comunicação e investigação tendo em vista o estudo, a educação e fruição, estão em crise. Mas mais do que “estão em crise”, parece-me preferível afirmar que os museus “atravessam uma crise”, já que a primeira expressão pode ser associada a um certo imobilismo, estagnação ou inércia, características ausentes do quotidiano de muitas instituições que, perante os desafios e as complexidades da contemporaneidade, procuram reimaginar os seus sentidos e as suas práticas.

A problemática central deste artigo prende-se, pois, com a análise do modo como os museus respondem às transformações operadas em sociedades imersas em processos de reconfiguração, reflectindo sobre estas instituições enquanto actores que traduzem e produzem várias interpretações do social, criando formas culturais híbridas que articulam influências diversificadas e que procuram uma nova legitimação face às condições do presente. A investigação conduzida no terreno de pesquisa, efectuada no âmbito da realização de um doutoramento em antropologia cultural, pretendeu abordar a configuração das instituições museológicas na contemporaneidade, em articulação com questões mais amplas de poder, produção, representação e consumo cultural, incidindo sobre um caso concreto: a Rede de Museus de Loures (RML).

A tese que se pretendeu defender foi a de que, no contexto das sociedades contemporâneas e de uma condição global pós-moderna, se verifica a emergência de um modelo museológico caracterizado pela ambivalência, fragmentação e hibridismo no que concerne aos processos de produção, representação e consumo de significados culturais, que se traduz na inclusão de diversas vozes e narrativas, no reconhecimento da existência

de públicos diferenciados, na introdução de novos papéis profissionais e na fluidez das fronteiras institucionais. Pretendeu-se, por isso, demonstrar que os museus da contemporaneidade se configuram como fenómenos culturais com múltiplas significações, construídas a partir de um processo de negociação dialógico e relacional no qual participam diversos actores, como o poder político, os técnicos, bem como os públicos, todos eles com contributos diferenciados na construção de significados ecléticos e fragmentados.

Por forma a concretizar os objectivos analíticos a que me propus, socorri-me de um modelo teórico construído a partir das contribuições de autores provenientes de diferentes áreas disciplinares no âmbito das ciências sociais e humanas. Assim sendo, optei pela adopção de uma perspectiva de análise textual, tendo por referência as abordagens interpretativas e simbólicas da antropologia (Geertz, 1973; Turner, 1974). A abordagem textual dos museus permitiu-me analisar as condições e os contextos específicos de produção de significados (um domínio de análise que corresponde à designada “política museológica”), mas também as estratégias de representação utilizadas (que correspondem ao âmbito da “poética museológica”) e, ainda, as modalidades de consumo, sem esquecer as relações de poder subjacentes a todos estes processos (Carbonell, 2004, Lidchi, 1997; Mason, 2005).

Não obstante, e dado que as principais críticas apontadas às análises textuais remetem para a excessiva ênfase atribuída à dimensão política e ideológica das práticas de significação, optei pelo cruzamento das abordagens discursiva e dialógica das análises textuais, de modo a construir um modelo tridimensional que permitisse não só articular as vertentes da produção, representação e consumo mas, também, abordar a diversidade de factores que as influenciam e a multiplicidade de cruzamentos e zonas de contacto existentes, um modelo já testado por outros investigadores como Bella Dicks (2000), Richard Handler e Eric Gable (1997), Sharon Macdonald (2002) ou Gaby Porter (1996).

A adopção desta moldura teórica deriva do facto de considerar que os museus são instituições discursivas e performativas, locais onde se cruzam vários actores sociais com papéis diferenciados nos processos de negociação de sentidos, mas cujas fronteiras se revelam bastante flexíveis e permeáveis. Assim, e partindo da premissa avançada por Erikson (1999) de que os museus não são meros reflexos passivos dos seus ambientes sociais mas são, também, actores nesses mesmos ambientes, incorporei neste modelo triádico os contributos dramáticos de Erving Goffman

(1967,1969), o conceito de drama social de Victor Turner (1974) e uma perspectiva ritualista influenciada pela obra de Van Gennep (1960[1909]).

Relativamente à abordagem metodológica, as minhas opções caracterizaram-se pelo ecletismo e pela flexibilidade (Eriksen, 2003). Neste sentido, considereei pertinente diversificar as estratégias de pesquisa através de uma triangulação de métodos e de técnicas de investigação, na esteira de Norman Denzin (1978), que atenderam às várias escalas em que se integra o objecto de estudo, bem como à mobilidade dos seus actores e à multiplicidade de tópicos e locais de observação, tomando por referência as propostas da etnografia multi-situada de George Marcus (1995). Embora tenha privilegiado a pesquisa etnográfica, concretizada na permanência prolongada no terreno e na conseqüente observação-participante, optei por complementar esta metodologia clássica da antropologia com outras fontes e materiais de natureza qualitativa e quantitativa.

No que diz respeito aos métodos qualitativos, o recurso à realização de entrevistas a responsáveis políticos, aos profissionais e aos públicos e colaboradores permitiram-me recolher diversas categorias de informação que cumpriram diferentes propósitos na investigação. Do mesmo modo, a utilização de documentos escritos produzidos por ou sobre os protagonistas do meu estudo – e que incluem, documentação institucional, imprensa escrita local e nacional, assim como textos produzidos por informantes, colaboradores e visitantes – ofereceu possibilidades acrescidas de interpretação e composição textual. Finalmente, no âmbito dos métodos quantitativos, a aplicação de um questionário a uma amostra qualitativa de visitantes foi outra das estratégias utilizadas para a recolha de dados, neste caso relacionados com os seus atributos sociológicos, as suas crenças, atitudes e comportamentos, ainda que reconhecendo todas as limitações inerentes à utilização de um procedimento amostral não probabilístico.

Mas antes de avançar na discussão dos resultados obtidos através do estudo dos museus que integram a Rede de Museus de Loures, importa contextualizar os antecedentes e as origens mais recentes das transformações operadas no universo dos museus.

Rupturas e Continuidades no Percurso Dos Museus Públicos

Perspectivados durante décadas como símbolos da modernidade, do progresso e dos ideais civilizacionais ocidentais, os museus registaram profundas transformações no contexto das sociedades pós-modernas ocupando actualmente uma posição ambivalente e contraditória em relação a questões como o poder e o conhecimento, a autoria e a autoridade cultural, a identidade e a diferença. A progressiva ruptura com o modelo museológico tradicional que vigorou na Europa desde o século XVIII, que corresponde ao museu público, moderno, representativo dos ideais e valores do Estado-Nação, conduziu estas instituições a uma encruzilhada. Por um lado verificamos que muitas das características presentes neste modelo tradicional persistem e sobrevivem nas actuais propostas museológicas. Por outro, as mudanças operadas ao nível de elementos centrais dos museus, como podem ser os seus conteúdos, objectivos, as formas de comunicação e exposição, ou o relacionamento com o público, propiciaram a emergência de propostas que oferecem novas metodologias de trabalho e traduzem diversos entendimentos em relação ao próprio conceito de museu.

Não obstante este cenário de ambiguidade, que alguns autores caracterizam como uma “crise identitária” (Faria, 2001; Fortuna, 2000; Hooper-Greenhill, 2000; Huyssen, 1995; Witcomb, 2003), temos vindo a assistir não só a um crescimento do número de museus à escala global, mas também à diversificação das suas formas e conteúdos, das suas práticas e teorizações, conducentes a uma redefinição programática e conceptual destas instituições e a uma reflexão aprofundada sobre o seu lugar e a sua missão no contexto das sociedades contemporâneas. A história dos museus tem sido marcada por diferentes acepções no que diz respeito aos elementos conceptuais que os definem, às suas finalidades, ao modo como as colecções são constituídas e organizadas, às modalidades de representação ou, ainda, à natureza do seu relacionamento com os públicos, diferenças que derivam não só das mudanças registadas no universo interno dos museus, mas que denotam sobretudo a influência exercida pelo enquadramento histórico, económico, social, político e cultural de cada momento, e que promove a introdução de rupturas, e a persistência de continuidades em relação aos modelos museológicos tradicionais. Neste sentido, o questionar das meta-narrativas, os debates em torno da representação das culturas e da autoridade cultural, as noções pós-modernas de conceitos como conhecimento e realidade, a compressão e interpenetração do espaço e do tempo, o desenvolvimento tecnológico e comunicacional, os fluxos globais, ou a crescente ênfase no

indivíduo, são alguns dos factores que contribuíram de forma decisiva para o questionar de certas ficções museológicas e para a consequente introdução de variações na temática dos museus.

Frequentemente criticados pela apresentação de uma visão estática da cultura e por uma resistência institucional aos factores de mudança, muitos museus protagonizaram processos de reconfiguração identitária em torno de novos conteúdos e territórios simbólicos que resultaram na criação de formas culturais híbridas que articulam influências diversificadas. Na medida em que não só existem num determinado contexto como são, eles próprios, criadores de contextos e significados culturais, os museus não se limitam a ser um espaço onde se desenrolam relações sociais e culturais associadas à necessidade de inscrição de indivíduos e colectivos no espaço e no tempo, configurando-se, simultaneamente, como um processo e como uma estrutura, uma instituição criativa e um “terreno contestado” (Lavine e Karp, 1991:1). Os museus são, pois, instituições que traduzem e produzem interpretações do social e, neste sentido, as suas possibilidades de adaptação e reinvenção são múltiplas, permitindo quer aos indivíduos, quer às comunidades, debater, representar e experimentar publicamente a cultura, uma cultura que é multivocal e polissémica, e que se constrói mediante processos complexos de negociação nos quais participam uma multiplicidade de actores sociais.

Num quadro generalizado de transformações, cujas dinâmicas são influenciadas por contextos globais que extravasam as fronteiras nacionais, os museus procuram uma nova legitimação face às condições do presente. Como refere Macdonald (1992:158), “(...) é vital que os museus respondam às questões que vão sendo colocadas pelo seu ambiente social de modo a manter a sua relevância no contexto de necessidades e objectivos sociais em mudança”. Assim sendo, as preocupações com a democratização do acesso e o serviço à comunidade, com a representação da diversidade e da multiculturalidade, bem como o crescente reconhecimento das implicações e usos políticos da cultura têm marcado presença, quer ao nível dos discursos, quer ao nível das práticas museológicas, adquirindo uma importância fundamental nos debates em torno da redefinição do conceito de museu, da sua missão, das suas finalidades e da relação que estabelecem com a sociedade.

Já aqui defendemos que as fórmulas museológicas contemporâneas derivam do modelo institucional que surgiu no contexto histórico e epistemológico que marcou os séculos XVIII e XIX, caracterizado por

fenómenos políticos e sociais que incluem os movimentos nacionalistas e a formação dos Estados-Nação, o colonialismo, a industrialização, a urbanização ou o capitalismo. O museu transforma-se, então, num instrumento ao serviço dos interesses do Estado, num cenário privilegiado para veicular a ideia de que os bens culturais da Nação são um património colectivo, partilhado por todos, emergindo como uma instituição criadora de consensos, uma metáfora colectiva de estabilidade e continuidade (Jeudy, 1990), com o propósito de criar e fortalecer um sentimento de pertença a um mesmo espaço simbólico, o Estado-Nação.

Parte de um conjunto eclético de instituições disciplinares da modernidade (Bennett, 1998) vocacionadas para a construção e representação de narrativas sobre ciência, arte, cultura, indivíduos e nações (Duncan, 1995), os museus cumpriam propósitos de classificação no contexto das empresas nacionalista, imperialista e capitalista, com a finalidade de constituir um corpo social harmonioso (Hides, 1997), ao mesmo tempo que potenciavam a identificação dos indivíduos com os colectivos locais, regionais ou nacionais e a legitimação dos grupos e instituições responsáveis pela sua activação. A modernidade contribuiu, pois, para o desenvolvimento de um modelo de museu que não só incorporou, mas foi igualmente responsável pela produção e reprodução dos valores sociais e culturais vigentes neste período.

Mas neste início de século, e num contexto marcado pela perda de confiança na razão e na ciência, os museus são alvo de críticas em relação aos modelos científicos sobre os quais assentam os seus discursos, às modalidades de representação cultural, às suas ligações ao colonialismo, às hegemonias e à exclusão de vozes minoritárias, acusando igualmente as pressões exercidas pelo avanço das tecnologias de comunicação e pela necessidade de se adaptarem às características de populações cada vez mais móveis, heterogéneas e multiculturais. Muitas das práticas e valores museológicos herdados da modernidade são hoje questionados, propiciando o aparecimento de novas fórmulas caracterizadas pela centralidade que conferem ao indivíduo e aos grupos sociais, por alterações nos modelos de comunicação e linguagens museográficas ou, ainda, pela adopção de uma visão interdisciplinar e intercultural dos temas abordados. Do mesmo modo, a perda de importância do objecto face ao discurso, a diminuição do seu distanciamento em relação ao público e a própria substituição das noções de peça e colecção pelo conceito de património, são outras das características presentes nas propostas mais recentes no universo dos museus.

A este propósito, a substituição do conceito de colecção, estruturante no museu da modernidade, pelo conceito de património, representa uma mudança particularmente significativa, à qual subjaz a valorização e reapropriação da memória colectiva em função das necessidades do presente. Neste contexto, a produção de materiais sobre o modo de vida das comunidades, o recurso a documentos escritos, gráficos e audiovisuais elaborados a partir de testemunhos dos protagonistas, a conservação de lugares e paisagens culturais, o compromisso e envolvimento com as comunidades representam algumas das principais metodologias adoptadas pelos muitos ecomuseus, museus locais, de comunidade, de sociedade, de território, criados com o propósito de documentar a vida quotidiana e representar as pessoas comuns em instituições que durante muito tempo foram (e algumas continuam a ser) domínio exclusivo de uma minoria formada por elites, intelectuais e especialistas.

Por outro lado, esta ampliação conceptual e temporal do património para tempos, lugares, saberes e objectos que tradicionalmente se mantinham fora do âmbito dos museus, evidencia a elasticidade do conceito (Urry, 1996) e nos remete para uma transição de um modo aurático, associado à raridade e originalidade dos objectos (Benjamin, 1973), para um modo vernáculo relacionado com a representatividade dos contextos culturais no universo museológico. Num quadro de democratização e desdiferenciação da cultura (Bauman, 1992; Lash, 1990), os critérios de valorização associados a dimensões como a estética, a raridade ou a perda de funcionalidade de práticas e objectos perdem terreno, verificando-se uma substituição do estético pelo simbólico, do antigo pelo emergente, do monumental pelo imaterial e do singular pelo significativo (Moreno, 1998), numa abordagem museológica em que “a peça dá lugar ao documento” (Iniesta i González, 1994:70).

Este movimento de renovação, profundamente imbricado com os processos de globalização e pós-modernização da cultura, baseado em ideais de democracia, participação e democratização cultural, transforma os museus em actores sociais, culturais e educativos e reforça a primazia da sua missão social. A concepção de museu como um centro cultural vivo e ao serviço da sociedade advém, portanto, de um contexto particularmente crítico e expectante no que concerne à missão e às funções dos museus, oferecendo múltiplas oportunidades de reinvenção baseadas na democratização do acesso e da fruição cultural, na adopção de uma abordagem multivocal da cultura e no reconhecimento das suas implicações políticas (Hooper-Greenhill, 2000, 2001).

No caso concreto dos museus de etnografia, protagonistas de uma crise herdada da modernidade, que se tem vindo a acentuar com particular intensidade desde a década de 1970, a renovação de conteúdos e metodologias é especialmente importante dada a persistência de representações nostálgicas de um passado que se considera ameaçado pelos processos de globalização e pos-modernização da cultura. No que concerne a este tipo de museus, assistimos hoje a situações ambíguas que podem ser descritas como ambivalentes. Por um lado, o desaparecimento e a transformação de objectos, práticas e saberes dos quotidianos das populações favorecem uma crescente sensibilização para as questões patrimoniais, que se traduz na activação e valorização dos patrimónios rurais e industriais que adquirem uma segunda vida enquanto exposições do passado (Kirshenblatt-Gimblett, 1998). O predomínio de museus etnográficos de carácter rural, cujos conteúdos se centram em aspectos da cultura material relacionados com as actividades agrícolas, o mobiliário, o traje, o artesanato e o folclore, e a crescente popularidade dos museus industriais são, pois, fenómenos que partilham uma origem comum relacionada com a implementação de processos de activação de uma memória colectiva que tem vindo, gradualmente, a conquistar o seu espaço no universo representacional dos museus. Contudo, apesar de frequentemente apontados como recursos fundamentais para a criação de identidades locais, para a redefinição e reinvenção de lugares social e economicamente deprimidos, a escassa repercussão externa de muitos destes museus, bem como a ausência de ligação das gerações mais novas e das populações mais recentes nos territórios em relação às colecções apresentadas, colocam-nos sérias dúvidas sobre o futuro destas instituições.

Cenários Museológicos em Portugal: a Rede de Museus de Loures

Em Portugal, à semelhança de outros países europeus, os primeiros museus inserem-se na categoria de museus públicos e nacionais, integrando posteriormente projectos regionais e locais, fruto da afirmação da burguesia e da laicização da cultura. Com a Implantação da República surgiram novas preocupações com o património cultural da Nação, concretizadas num culto oficial à pátria e aos símbolos nacionais, susceptível de promover o sentimento de ligação e harmonia entre os cidadãos, a educação dos meios populares e a celebração de um patriotismo local (Ramos, 2003:34). A implementação de museus regionais e locais surge, pois, associada ao esforço de criação de uma consciência nacional no âmbito de um programa nacionalista e imperialista alargado, apostando na valorização da diversidade cultural

no interior do espaço nacional e reforçando a ideia de uma Nação harmoniosa onde diferentes identidades coexistiam de modo pacífico. A glorificação nacionalista prosseguiu com o Estado Novo, período em que os museus celebravam a unidade territorial do Império Colonial e apresentavam uma imagem naturalizada de um passado associada a ideais de pureza e comunitarismo, operando uma (re)significação das manifestações populares em quadros simbólicos diferentes daqueles que as tinham originado. A representação da cultura popular é, pois, impulsionada, e a etnografia e a história regionais transformam-se nas componentes disciplinares dominantes nos museus regionais e locais.

A partir de 1974, com a instauração do regime democrático, observou-se o crescimento quantitativo e a diversificação de conteúdos e tipologias dos museus, em particular no que se refere ao âmbito local, cujas dinâmicas revelavam a influência exercida pelo movimento internacional da Nova Museologia, sobretudo no sentido da participação, da democracia e democratização cultural. Neste contexto, vejamos quais foram as condições que propiciaram o aparecimento dos museus de Loures e quais são as suas principais características.

A RML engloba duas instituições museológicas diferenciadas, o Museu Municipal de Loures (MML) e o Museu de Cerâmica de Sacavém (MCS), embora inclua no seu discurso patrimonial e na sua lógica de gestão outros referentes culturais relacionados com o património histórico, arqueológico, industrial e rural do concelho. Trata-se de um objecto empírico representativo do universo dos museus em Portugal, já que reflecte as principais tendências que caracterizam o panorama museológico nacional (IPM e OAC, 2000; OAC e IPM, 2005): situa-se na região do país onde se verifica uma maior concentração de museus (31% na Região de LVT), tem uma existência recente (71% com menos de 25 anos), é tutelada pela Administração Local (40%, em consonância com o crescente investimento do poder autárquico na esfera cultural no pós-25 de Abril) e o seu acervo inclui colecções de etnografia, história e arqueologia, às quais se juntaram posteriormente os bens técnico-científicos e industriais.

Ao configurar-se numa lógica de rede, foi possível observar as interações funcionais e simbólicas que caracterizam um espaço-rede alargado e investigar as dinâmicas concretas de adaptação dos museus a um contexto local particular. Com cerca de 200.000 habitantes e situado na periferia da cidade de Lisboa, o concelho de Loures constitui o quinto maior do país em termos populacionais e apresenta uma configuração

territorial contrastante de paisagens rurais e urbanas. No passado, Loures operava como abastecedor de produtos alimentares da cidade de Lisboa e apresentava uma forte presença da indústria. Contudo, em décadas recentes o concelho protagonizou um conjunto de mudanças com importantes consequências para a sua actual configuração. Por um lado, verificou-se o declínio do sector primário e secundário, fruto da crescente terciarização da economia nacional e global. A produção agrícola tornou-se residual e muitas unidades industriais encerraram. Simultaneamente a população residente cresceu de forma assinalável, fruto de fluxos migratórios nacionais, que se instalavam nas periferias das grandes cidades, e transnacionais, com especial destaque para as populações provenientes das antigas colónias ultramarinas portuguesas, transformações que produziram os seus efeitos sobre a RML.

No que respeita à análise dos contextos e condições de produção de significados culturais, foi possível identificar várias etapas. Após a Revolução de 1974 foram muitas as autarquias que procederam à aquisição e reutilização de edifícios como estratégia de valorização patrimonial dos bens culturais dos respectivos municípios. Loures não constituiu uma excepção e o primeiro passo para a criação de um Museu Municipal corresponde à aquisição de um imóvel do século XVIII, a Quinta da Igreja, onde se previa instalar uma biblioteca municipal e um museu de arte popular da região. Pese embora não existisse ainda uma colecção, nem tivessem sido realizados levantamentos patrimoniais aprofundados, surgem os primeiros indicadores da construção de um discurso patrimonial profundamente imbricado com as temáticas da salvaguarda da identidade e do património do concelho, associado à escolha do modelo a adoptar para o futuro Museu Municipal.

Neste primeiro período, com início em 1979, as investigações protagonizadas pelos técnicos do Museu sobre a comunidade local e a cultura saloia revelavam uma influência muito marcada das etnografias clássicas, com referências a aspectos como as fronteiras territoriais, a homogeneidade cultural, a harmonia, a solidariedade ou a coesão social da(s) comunidade(s) existentes no território, uma metodologia que conduzia à representação de um passado cujos referentes culturais se consideravam ameaçados pelo crescente distanciamento em relação a um modo de vida tradicional que urgia documentar e preservar. É neste contexto que, em 1985, se inaugura o MML, com quatro salas de exposição: Arqueologia, Etnografia, História da República e Exposições Temporárias.

Após a inauguração tem início um segundo momento, de definição de objectivos e de estruturação de serviços, que compreendeu cerca de uma década, marcado pela aposta na valorização dos referentes locais e no envolvimento da população, que culmina com as celebrações do 10º aniversário do Museu, em 1995. Durante este período opera-se uma tímida resignificação dos referentes culturais privilegiados no discurso museológico do MML. Não obstante, persiste a ênfase discursiva nas origens, na herança cultural, e na preservação de uma identidade cultural local, considerada ameaçada pelo desconhecimento e pelas transformações sócio-culturais associadas aos fenómenos de urbanização e crescimento das periferias, e se assume a “vocaçãõ territorial” do Museu em relação a um espaço simbólico alargado que corresponde à região saloia.

Quando se celebra o décimo aniversário do Museu começam a desenhar-se novas orientações teóricas e programáticas que resultaram na transferência do MML para as suas actuais instalações, na Quinta do Conventinho, assinalando o início de uma nova fase na história dos museus de Loures. Esta etapa ficaria ainda marcada pela elaboração de um Plano Museológico Municipal, um documento estratégico que esteve na origem da criação da RML (2000) que hoje integra o MML, o MCS, o designado Património Exterior (referentes patrimoniais locais situados fora do espaço físico dos museus), a Casa-Museu José Pedro, o futuro Museu do Vinho e outros referentes culturais locais, pretendendo configurar-se como um itinerário cultural pelo concelho de Loures.

Esta sucessão de etapas revelou algumas regularidades, como a ênfase discursiva no património rural e industrial do concelho, âmbitos de intervenção estruturantes na RML, mas também variações no que concerne aos eixos discursivos dominantes, com alguns avanços, como a crescente inclusão de temáticas contemporâneas como a multiculturalidade, o género, ou a marginalização social, e outros tantos recuos, como o abandono da temática da República ou das Artes Plásticas. Mas a consolidação do MML no âmbito da política cultural e patrimonial da autarquia de Loures e a consequente mudança de instalações foi, também, influenciada pela atribuição de prémios, como o prémio de Melhor Serviço de Extensão Cultural (1993), da Associação Portuguesa de Museologia ou a Menção Honrosa no âmbito do Prémio de Melhor Museu Europeu do Ano (1993) do Fórum Europeu de Museus, que favoreceram o seu reconhecimento na esfera pública e promoveram as condições necessárias para a criação do que hoje se conhece como RML. Esta nova etapa museológica denota uma ampliação dos referentes

culturais patrimonializados, articulados num discurso que pretende abranger e incluir expressões, lugares e objectos representativos de diferentes grupos, revelando preocupações não só com a ampliação das temáticas mas, também, com a inclusão de colectivos sociais que, até este momento, não estavam ainda representados no MML. É, pois, neste contexto, que deve ser analisado o projecto de valorização do património da antiga Fábrica de Loíça de Sacavém (FLS), que resultou na criação do MCS.

Apesar de contar com mais de 100 anos de história e uma considerável projecção nacional e internacional, a partir de finais da década de 1960 a FLS começa a enfrentar algumas dificuldades relacionadas com lacunas na modernização de equipamentos e procedimentos, agravadas na década de 1970, primeiramente com a crise suscitada pelo preço do petróleo e, mais tarde, com a instabilidade política decorrente da revolução de 1974. Sem conseguir recuperar, a situação agravou-se ao longo dos anos 80 até que, em 1994, é finalmente declarada a falência da Fábrica. Cerca de um ano após a demolição da FLS (1997), o que restava do seu património é doado ao município de Loures e a empresa responsável pelo projecto de urbanização da zona assegura a construção do que viria a ser o MCS. A proposta de criação de um museu subordinado à temática da indústria e do trabalho no preciso local onde antes tinha existido a fábrica procurava, assim, colmatar as lacunas detectadas no discurso museológico do MML, abrangendo novos temas e colectivos sociais relacionados com o património industrial e a cultura operária, num concelho cujos referentes identitários não se esgotam na cultura saloia.

O MCS tornou, assim, possível assegurar a patrimonialização dos produtos resultantes da actividade industrial desenvolvida na FLS, submetidos a novos critérios de valorização económica e simbólica que acrescem à anterior função utilitária e/ou decorativa das peças, bem como a valorização do património imaterial associado aos saberes e às vivências dos trabalhadores contribuindo para a construção de um discurso de celebração, para a preservação e objectificação desta memória nas suas dimensões material e imaterial, pessoal e colectiva, através da edição de publicações da realização de exposições e actividades culturais.

No que diz respeito às práticas museológicas observadas no MCS e no MML, as propostas de intervenção afastam-se dos modelos museológicos centrados no edifício, na colecção e no público visitante, para privilegiar um entendimento alargado da missão social dos museus que visa o envolvimento e a apropriação pelas múltiplas comunidades locais que,

neste caso em concreto englobam a população residente, aqueles que circulam pelo município, as comunidades migrantes, algumas recém-chegadas, outras residentes há já alguns anos no concelho de Loures, bem como as escolas, associações, colectividades, colecionadores, investigadores, entre outros. Assim, e no que concerne às reacções dos museus face aos desafios da contemporaneidade, o terreno de pesquisa revelou uma multiplicidade de estratégias de adaptação que se traduziram na inclusão de diversas vozes e narrativas, na flexibilização de fronteiras associada à deslocalização do espaço do museu, bem como na criação de novos papéis profissionais, e na adopção de propostas para públicos diferenciados.

A investigação conduzida na RML demonstra que, do ponto de vista da assumpção de novos papéis profissionais, a criação de diversas áreas funcionais, como sejam, Investigação, Reservas, Extensão Cultural, Centros de Documentação, a Área de Divulgação e Promoção e o Atendimento, não só contribui para a diferenciação de papéis e competências, como também promove a constituição de equipas de projecto, interdisciplinares e de carácter temporário, que permitem aos profissionais desenvolver tarefas diferenciadas no âmbito de projectos diversificados, como podem ser as exposições, a presença em fóruns da especialidade (ex. reuniões e encontros do Grupo para a Acessibilidade nos Museus), as edições ou a participação em projectos de cooperação internacional (ex. projectos Traces ou Necresa, apresentados no âmbito do programa Interreg IIIC). Por outro lado, o investimento no marketing e na imagem institucional da Rede, bem como a criação de um sector de *Fundraising and Development* são igualmente reveladores da introdução destes novos papéis profissionais que visam contribuir para a concretização da missão e objectivos destas instituições.

O estudo da RML revelou também a existência de uma visão alargada dos públicos dos museus, e a conseqüente apresentação de iniciativas direccionadas para segmentos específicos deste universo, com características e necessidades particulares, e que incluem uma vasta panóplia de utilizadores, desde escolas, associações e outros grupos locais, aos cidadãos com necessidades especiais, passando pelos colaboradores e informantes privilegiados. Parece-me pertinente salientar que as representações da Rede em relação a esta categoria de actores sociais incluem não só os visitantes mas todos os interlocutores com os quais se relaciona e que, por várias razões, não desenvolvem práticas de visita regulares (ex. colecionadores ou informantes) e que, por isso mesmo, conduziram ao desenvolvimento de estratégias de aproximação

específicas para estes grupos (ex. ofícios de agradecimento, atribuição de Medalhas Municipais de Mérito e Dedicção, convites para inaugurações e iniciativas dos museus, etc.).

A crescente preocupação da RML com os públicos e as questões da acessibilidade dos seus discursos e das suas práticas, uma preocupação que vai ao encontro das tendências observadas à escala global no sentido da democratização e acessibilização dos discursos e das práticas museológicas, foi também evidenciada pela implementação de iniciativas como os Projectos Escolares na Área do Património, os Protocolos celebrados com associações locais (ex. apoio técnico ao Núcleo Museológico Luís Serra/Grupo Musical e Recreativo da Bemposta) ou organismos públicos (ex. Oficinas destinadas a jovens procedentes de centros educativos do Instituto de Reinserção Social), pela oferta de Oficinas Temáticas para as escolas do concelho em colaboração com actores locais (informantes, coleccionadores, trabalhadores da FLS), pelos contactos e as recolhas efectuadas junto das comunidades migrantes ou, ainda, pela apresentação de edições em Braille, produzidas com a colaboração da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal.

No que diz respeito à democratização dos museus, a análise deste *locus* de observação permitiu concluir que diversificação das temáticas (género, multiculturalidade, exclusão social) e conteúdos expositivos (fotografias, vídeos, registos sonoros, documentos escritos), bem como a participação de grupos que tradicionalmente se mantinham afastados dos museus (mulheres, operários, camponeses, minorias étnicas, deficientes), são estratégias que concorrem para a inclusão de uma pluralidade de vozes e narrativas nos discursos e práticas museológicas dos museus de Loures. Do mesmo modo, a edição de catálogos em várias línguas (português, inglês, árabe, gujarati, crioulo), numa perspectiva de colaboração e diálogo entre os vários actores sociais presentes no território simbólico dos museus, reforça o reconhecimento público da autoria partilhada dos textos culturais produzidos, representados e consumidos na RML, um reconhecimento igualmente patente nos discursos proferidos por técnicos e políticos em cerimónias públicas como as inaugurações de exposições ou as celebrações de efemérides comemorativas no concelho.

Contudo, as representações de um discurso museológico baseado no património local que se pretende inclusivo, multivocal e multicultural revelam alguma ambivalência. Se por um lado existem manifestações discursivas de abertura e de diálogo em relação a novos actores e contextos culturais e se concede um espaço de representação e

participação a grupos sociais minoritários e a temáticas culturais tradicionalmente excluídas do universo dos museus, por outro, observam-se manifestações discursivas essencialistas, centradas numa comunidade mítica originária do *lugar*, cujos referentes culturais devem ser preservados face às ameaças associadas à mudança e à uniformização cultural decorrentes dos processos de globalização e transformação das sociedades, e que podem colocar em perigo a transformação destas instituições em recursos socialmente úteis para a coesão e integração social.

Com efeito, as transformações provocadas no concelho de Loures pelo abandono da actividade agrícola e pelo decréscimo acentuado da actividade industrial, juntamente com o incremento e diversificação populacional resultante da combinação de fluxos migratórios nacionais e internacionais, bem como o alargamento da área de influência da cidade de Lisboa, produziram alterações significativas na composição do tecido social do concelho e nos modos de vida das suas populações. Estas mudanças suscitaram reacções nos discursos e nas práticas da RML que conduziram a uma actualização das temáticas abordadas e se traduziram na articulação de referentes culturais que se reportam a grupos, escalas e tempos diferenciados. Ainda que os resultados se caracterizem por discursos e práticas fragmentados é, precisamente, a percepção desta necessidade de articulação e integração que explica a ambivalência discursiva e a adopção de diferentes mecanismos de inclusão por parte da Rede.

Podemos, por isso, concluir que a coexistência de repertórios associados à especificidade e à diferença se revela complementar, procurando integrar referentes de origens diversificadas num discurso e numa prática heterogéneos, que visam articular de forma criativa o passado e o presente, o local e o global, a tradição e a modernidade, com o propósito de criar novos referentes de identificação num concelho pautado pelo hibridismo e pela diversidade.

O esbatimento das fronteiras físicas e a conseqüente deslocalização do espaço do museu para múltiplos contextos e locais constitui outra das estratégias de adaptação protagonizadas pela RML que, deste modo, procura alcançar uma maior proximidade com os seus públicos. As visitas dos técnicos a informantes e colaboradores, as reuniões de trabalho com as associações locais ou outros parceiros institucionais e as deslocações às escolas, são alguns exemplos da referida deslocalização. Mas não são os únicos. A edição de catálogos e publicações na sequência das pesquisas realizadas pelos profissionais da Rede, a criação de uma revista intitulada

Museus, e o recurso às potencialidades das novas tecnologias de informação e comunicação, com a elaboração de CD ROMS e a criação de sites na Internet, permitem à RML ultrapassar as limitações impostas pela sua localização geográfica e pelo seu espaço físico, tornando-se acessível a um maior número de pessoas.

Falando agora sobre os protagonistas das *performances* observadas na RML, são três as categorias de actores sociais cujos propósitos, intenções e graus de envolvimento foram analisados. Refiro-me ao poder político, aos profissionais e aos públicos dos museus. Em relação ao poder político, o investimento na Rede é sobretudo simbólico e faz parte de uma política cultural autárquica que visa não só valorizar os referentes locais mas sobretudo rentabilizá-los, numa lógica de actuação subordinada a critérios político-eleitorais. Num contexto de competição pela captação de investimentos exteriores, o património local é explorado para a publicitação das suas características distintivas, permitindo conservar os referentes identitários locais e, ao mesmo tempo, reconverter antigos modos de vida em atracções culturais, criando uma imagem de vitalidade e modernidade no presente ancorada no passado. Percepcionados como um indicador de cosmopolitismo e dinamismo cultural, os Museus de Loures cumprem, assim, eficazmente os propósitos instrumentais da autarquia, relacionados com a obtenção de dividendos simbólicos associados ao prestígio decorrente da visibilidade destes equipamentos culturais.

Para conseguir alcançar esta visibilidade, os poderes políticos socorrem-se do contributo de um grupo de profissionais que inclui académicos, directores de museus e técnicos, que concebe e executa os projectos, certificando-os com rigor científico e técnico. Por esta via obtém-se a legitimação e o prestígio necessários aos museus e justifica-se a própria existência destes profissionais que, no caso da RML são altamente qualificados, revelando múltiplos cruzamentos entre os seus percursos académicos individuais e a actividade profissional desenvolvida na Rede, conforme se pode observar pela coincidência entre as temáticas de algumas exposições e as teses de licenciatura e mestrado de alguns técnicos. A participação em redes de museus e em projectos de cooperação internacional, a presença em encontros de profissionais do sector, e a candidatura a prémios nacionais e internacionais são também emblemáticos dos esforços de afirmação e posicionamento da RML, visando o seu reconhecimento e legitimação junto do poder político local e no panorama museológico global.

O relacionamento entre técnicos e poder político registou alterações em virtude da alternância de ciclos políticos e das prioridades estabelecidas em cada momento, ainda que essa alternância seja relativamente recente e se encontre limitada a dois partidos políticos. Depois de um longo período de governação da Coligação Democrática Unitária, (1979-2001), a vitória do Partido Socialista nas eleições de 2001 e a consequente mudança política operada no executivo municipal conduziu a uma certa estagnação nas iniciativas protagonizadas pela RML, uma situação igualmente influenciada pela conjuntura económica desfavorável e pelo facto de Loures ser, à data, o segundo município mais endividado do país. A quebra de receitas e o endividamento da autarquia produziu o retraimento de iniciativas em pelouros como a cultura, o que explica uma diminuição do número de visitantes e o afastamento em relação a grupos que tradicionalmente colaboravam nas actividades desenvolvidas pelos museus de Loures.

No que se refere aos visitantes, colaboradores e informantes da RML, observa-se uma multiplicidade de perfis e motivações. Não obstante, e no que diz respeito à natureza da relação que se estabelece entre estes actores e a RML, observam-se dois aspectos comuns a esta diversidade de interlocutores: a dimensão social e a dimensão afectiva. Obviamente que a ligação identitária destes actores em relação aos referentes culturais valorizados pela Rede constitui um factor importante, mas a proximidade e a intimidade criada entre públicos e técnicos são aspectos determinantes, positivamente valorizados por ambos, que consideram protagonizar uma relação de reciprocidade. Por fim, o reconhecimento desta inter-dependência na esfera pública, concebida como um mecanismo de retribuição e retorno por parte da Rede, na medida em que confere notoriedade e prestígio aos seus colaboradores, constitui outro elemento que não deve ser desprezado na análise da participação e do envolvimento popular na RML. Não obstante, existem vozes críticas por parte da sociedade civil e dos utentes dos museus, designadamente por parte daqueles grupos e indivíduos que estavam mais envolvidos nas investigações realizadas na fase inicial da RML e viram os seus contributos reduzidos a contactos pontuais. As próprias opções estéticas e estilísticas das exposições, assim como os seus conteúdos narrativos são por vezes questionados pelos visitantes, quer junto dos técnicos, quer através dos livros de sugestões disponíveis, embora prevaleça um consenso positivo em relação às representações das temáticas apresentadas.

Reflexões finais

Em face dos resultados obtidos podemos concluir que os discursos e as práticas museológicas protagonizadas pela RML denotam uma natureza eclética e fragmentada, em consonância com a plasticidade das premissas teóricas que as enquadram e com a heterogeneidade que caracteriza quer o seu contexto local, quer as paisagens culturais mais vastas em que se inserem. Por outro lado, os processos de produção, representação e consumo de significados culturais observados caracterizam-se pela flexibilidade, pela existência de múltiplas zonas de contacto e evidenciam o cruzamento de diferentes ordens de interesse, relacionadas com a participação de vários actores sociais, nomeadamente o poder político local, os profissionais e os públicos dos museus, numa dinâmica negocial que extravasa as fronteiras físicas destas instituições.

Criados num período marcado pela procura de novos sentidos para as instituições museológicas, os museus de Loures têm tentado, ao longo da sua história recente, adaptar-se à mudança e às exigências próprias das sociedades contemporâneas. A adopção de um novo olhar em relação ao mundo rural e ao património industrial do concelho, a apresentação de exposições baseadas num conceito alargado de património, a diversificação de actividades educativas e de divulgação, a aposta na investigação, a promoção nacional e internacional dos museus, juntamente com a adopção de uma linguagem museográfica inovadora são, pois, algumas das dinâmicas adoptadas com o propósito de atravessar e emergir da crise a que nos referimos como ponto de partida para esta reflexão. Resta-nos aguardar para perceber se os resultados alcançados pelos projectos e iniciativas da RML respondem positivamente aos desafios que se colocam às instituições museológicas na contemporaneidade, como parecem acreditar os seus protagonistas.

BIBLIOGRAFIA

- ANICO, M. (2008) *Museus e Posmodernidade. Discursos e Performances em Contextos Museológicos Locais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- BAUMAN, Z. (1992) *Intimations of Postmodernity*, Oxford, Polity Press.
- BENJAMIN, W. (1973) “The work of art in the age of mechanical reproduction”, H. Arendt (ed) *Iluminations*, New York, Schocken Books, 217-252.

- BENNETT, T. (1998) *Culture. A Reformer's Science*, London, Thousand Oaks and New Dehli, Sage.
- CARBONELL, B. (2004) "Museum/Studies and the 'Eccentric Space' of an Anthology", in B. Carbonell (ed.) *Museum Studies. An Anthology of Contexts*, London, Blackwell, 1-14.
- DENZIN, N. (1978) *Sociological Methods*, New York, MacGraw-Hill.
- DICKS, B. (2000) *Heritage, Place and Community*, Cardiff, University of Wales Press.
- DUNCAN, C. (1995) *Civilizing Rituals*, London, Routledge.
- ERIKSEN, T. (2003) "Introduction", T. Eriksen (ed) *Globalisation. Studies in Anthropology*, London and Sterling, Pluto Press, 1-17.
- ERIKSON, P. (1999) "A-whaling we will go: encounters of knowledge and memory at the Makah Culture and Research Centre", *Cultural Anthropology*, 14 (4): 556-583.
- FARIA, M. L. (2001) "Qual o papel dos museus na sociedade actual?", Comunicação Apresentada nos IV Encontros de Outono: Memória, História e Património - Bibliotecas, Arquivos e Museus, 26 e 27 de Outubro de 2001, Famalicão, Museu Bernardino Machado.
- FORTUNA, C. (2000) "La sociedad, el consumo y la crisis de los museos", *Revista de Museología, Monográfico Museos y Museología en Portugal. Una Ruta Ibérica para el Futuro*, Febrero, 27-29.
- GEERTZ, C. (1973) *The Interpretation of Cultures*, New York, Basic Books.
- GOFFMAN, E. (1967) *Interaction Ritual*, New York, Pantheon.
- GOFFMAN, E. (1969) *The Presentation of Self in Everyday Life*, Harmondsworth, Penguin.
- HANDLER, R. & GABLE, E. (1997) *The New History in an Old Museum. Creating the Past at Colonial Williamsburg*, Durham, Duke University Press.
- HIDES, S. (1997) "The genealogy of material culture and cultural identity", S. Pearce (ed) *Experiencing Material Culture in the Western World*, London and Washington, Leicester University Press, 11-35.
- HOOPER-GREENHILL, E. (2000) *Museums and the Interpretation of Visual Culture*, London, Routledge.
- HOOPER-GREENHILL, E. (2001) "Museums and Cultural Politics", *Paper Delivered to the American Association of Museums Annual Meeting*, May 2001, St. Louis, AAM.
- HUYSEN, A. (1995) *Twilight Memories: Marking Time in a Culture of Amnesia*, New York, Routledge.
- INIESTA I GONZÁLEZ, M. (1994) *Els Gabinetes del Mon. Antropología, Museos i Museologies*, Lleida, Pages.
- IPM; OAC (2000) *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa, IPM/OAC.

- JEUDY, H. P. (1990) “Introduction”, in H. P. Jeudy (dir.) *Patrimoines en Folie*, Paris, Editions de la Maison de l’Homme, 1-10.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. (1998) *Destination Culture: Tourism, Museums and Heritage*, Berkeley, University of California Press.
- Lash, S. (1990) *Sociology of Postmodernism*, London, Routledge.
- LAVINE, S. & KARP, I. (1991) “Introduction: Museums and Multiculturalism”, I. Karp & S. Lavine (eds) *Exhibiting Cultures. The Poetics and Politics of Museum Display*, Washington, Smithsonian Institution Press, 1.-9.
- LIDCHI, H. (1997) “The Poetics and Politics of Exhibiting Other Cultures”, S. Hall (ed) *Representation. Cultural Representations and Signifying Practices*, London, Thousand Oaks and New Dehli, Sage, 151-208.
- MACDONALD, G. (1992) “Change and Challenge: Museums in the Information Society”, I. Karp et al. (eds) *Museums and Communities. The Politics of Public Culture*, Washington and London, Smithsonian Institution Press, 158-181.
- MACDONALD, S. (2002) *Behind the Scenes at the Science Museum*, Oxford, Berg.
- MARCUS, G. (1995) “Ethnography In/Of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography”, *Annual Review of Anthropology*, 24: 95-117.
- MASON, R. (2005) “Museums, Galleries and Heritage. Sites of Meaning-Making and Communication”, G. Corsane (ed) *Heritage, Museums and Galleries. An Introductory Reader*, London, Routledge, 200-214.
- MORENO, I. (1998) “El Patrimonio Cultural como Capital Simbólico: Valoración y Usos”, *Anuario Etnológico de Andalucía*: 329-334.
- OAC; IPM (2005) *O Panorama Museológico em Portugal. 2000-2003*, Lisboa, OAC/IPM.
- PORTER, G. (1996) “Seeing through solidity: A feminist perspective on museums”, S. Macdonald & G. Fyfe (eds) *Theorizing Museums. Representing Identity and Diversity in a Changing World*, Oxford, Blackwell, 105-126.
- RAMOS, R. (2003) “A ciência do povo e as origens do Estado Cultural”, S. Castelo-Branco & J. F. Branco (orgs.) *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal*, Oeiras, Celta, 25-36.
- TURNER, V. (1974) *Dramas, Fields and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*, Ithaca, Cornell University Press.
- URRY, J. (1996) “How Societies Remember the Past”, S. MacDonald & G. Fyfe (eds) *Theorizing Museums. Representing Identity and Diversity in a Changing World*, Oxford, Blackwell, 45-65.
- VAN GENNEP, A. (1960[1909]) *Rites of Passage*, London, Routledge

WITCOMB, A. (2003) *Re-Imagining the Museum. Beyond the Mausoleum*, London and New York, Routledge.